



## MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2018.

Nº. 12/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,45 horas.

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Presidente da Câmara a palavra ao Sr. Vereador David Marques tendo o mesmo feito o balanço como decorreram as iniciativas da Quinzena Cultural, considerando o mesmo positivo e como aposta ganha.

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas aos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço aos requerimentos que os mesmos apresentaram, na reunião anterior, solicitando esclarecimentos sobre “Assuntos de Pessoal” e “Assuntos de Ambiente”, que a seguir se transcrevem:

- **Assuntos de Pessoal:**

“Dando cumprimento à solicitação apresentada pelas V. Exas, cumpre-me informar o seguinte sobre o assunto em epígrafe:

*(Qual o ponto da situação dos concursos abertos ao abrigo da lei nº. 112/2017?)*

1. - De acordo com a decisão tomada na reunião de Câmara de 26 de Abril, foi aprovada a revogação dos concursos nos termos que constam na respetiva ata.

*(Quais as razões da não nomeação do Chefe de Divisão de Educação e Ação Social, sendo do conhecimento público as novas dinâmicas que pretendiam introduzir neste setor?)*

2. - Neste momento, essa questão está a ser ponderada. O primeiro objetivo do Executivo é procurar fazer a nomeação no âmbito do atual Mapa de Pessoal, tal como sucedeu com as demais. Contudo, admite-se neste momento a possibilidade de seguir outra via! Seja como foi, como V. Ex<sup>as</sup>. bem sabem, estes processos requerem ponderação, como aliás sucedeu nos últimos anos

com os setores de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, que estiveram sem Chefe de Divisão durante muito longo tempo.

*(Quais as funções a desempenhar e os setores da orgânica dos Serviços que irão acolher os novos Técnicos Superiores abrangidos pela “mobilidade inter carreiras”?)*

3. - O Executivo ainda está a ponderar e estudar com rigor as funções a desempenhar pelos Técnicos Superiores abrangidos pela “mobilidade inter-carreiras”. Esclarecemos, contudo, que lhes serão atribuídas funções no âmbito das formações que possuem.

*(Sendo que foi anunciada a entrada em vigor dos efeitos da “mobilidade inter carreiras” para Julho 2018, questionamo-nos se já foram abertos os concursos para as vagas do Mapa de Pessoal que ficarão libertas?)*

4.- Nalguns casos serão encontradas soluções recorrendo ao atual Mapa de Pessoal. Nas situações que se justificarem, os procedimentos serão feitos atempadamente para garantir o normal funcionamento dos serviços.

*(Globalmente, quais as implicações financeiras que estas decisões no âmbito dos recursos humanos trazem em termos orçamentais? No caso de ainda subsistirem limites com encargos com Pessoal ficará o município em condições de cumprir com os preceitos legais?)*

5. - Ao contrário da opção tomada no passado, o atual executivo entende que as pessoas devem ser valorizadas e o seu esforço no plano académico tem de ser recompensado. Não podemos fazer campanhas “pela valorização do trabalho e dos trabalhadores” e, depois, não agir nem dar consequência a estas palavras.

Para outros pode ser coisa de pouca importância mas, para este executivo do PS, desde sempre foi claro que é preciso considerar o empenho e a preservação de quem, conciliando o trabalho com os estudos, aposta numa carreira universitária e adquire formação superior.

Neste contexto, tomámos uma decisão política clara e coerente que, em 2018, terá para a Câmara Municipal um acréscimo de encargos mensais de 4.449,38 €.”

- **Assuntos de Ambiente**

*(1. Sendo o município responsável pela gestão dos RCD's das pequenas obras como é que pretendem dar resposta à diretiva europeia que pretende reciclar 70% dos RCD's até 2020?)*

*(2. Também vão acabar com o sistema grátis de recolha ao domicílio?)*

*(3. Sabem que o método que estão a usar para deposição de RCD's é ilegal?)*

*(4. Retiraram a rede de compostores comunitários, foi decisão política fundamentada ou foi apenas por questões de estética?)*

“Como é certamente conhecimentos dos Srs. Vereadores, a diretiva europeia 2008/98/CE, estabelece o enquadramento legal para o tratamento de resíduos na União Europeia.

A diretiva foi transporta para a legislação nacional através do Decreto-Lei nº. 73/2011, de 17 de Junho. Legislação que prevê o armazenamento preliminar de resíduos de construção e demolição para o efeito, foi criada uma “área municipal” para dar resposta à deposição de resíduos de obras não licenciadas sujeitas a comunicação prévia.

Nesta “área municipal”, isenta de licenciamento, e da qual a Câmara Municipal vai dar conhecimento à CCDR do Alentejo, permite o armazenamento por períodos não superiores a um ano, para posterior transporte e efeitos de tratamento e aproveitamento.

A legislação supra referida estabeleceu, para os resíduos de construção e demolição (RCD) a meta de 70% para a sua valorização, a atingir em 2020. Por outro lado, a Comissão Europeia implementou o **Protocolo para a Gestão de Resíduos de Construção e Demolição das EU**, que contém um conjunto de orientações que visam melhorar a identificação, a separação e a recolha na origem, a logística, o processamento e a gestão da qualidade dos resíduos de construção e demolição.

As ações propostas para atingir a meta atrás referida, estão a ser dinamizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente em sessões de divulgação do protocolo, em conjunto com as CCDR, de modo a operacionalizar a aplicabilidade da legislação através das Autarquias, com a produção de Regulamentos Municipais eficazes.

Além da proposta do plano de ação formulada pelo anterior executivo e que V. Ex<sup>as</sup>. muito conhecem, para implementar ao nível dos “Resíduos de construção e demolição” (2015) e, com siderando que as estratégias propostas para o setor, ainda não estão consolidadas informamos dos passos que estão programados:

- Assegurar a receção e encaminhamento dos RCD produzidos através da sensibilização de donos/empresas de construção para esta necessidade;
- Promover a articulação entre produtor, detentor, município e os operadores de gestão dos RCD's e incentivar o encaminhamento dos RCD para valorização em detrimento da eliminação.

Relativamente ao sistema grátis de recolha ao domicílio, só por mero conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>. se entende a pergunta formulada, uma vez que decorreu uma campanha de sensibilização através do envio de um folheto junto à fatura da água durante o mês de Fevereiro e, há vários meses, permanece no site da autarquia a informação que procura reforçar o conhecimento da população da existência deste serviço.

Quanto aos compostores comunitários, surgiram na vila de Castro Verde no ano de 2010, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos orgânicos enviados para aterro contribuindo para a qualidade de vida e do ambiente. O projeto “Orgânica Verde” foi financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEGrants, promovido pela LPN em parceria com a Câmara Municipal de Castro Verde.

Como V. Ex<sup>as</sup>. bem saberão, a filosofia deste projeto tinha como finalidade que o adubo produzido em cada compostor seria para usufruto dos munícipes que colocavam resíduos e colaboravam **na manutenção do produto e do equipamento.-**

Durante os quatro anos, o projeto foi acompanhado por um técnico da LPN e funcionários da Câmara Municipal. Findo este período, e ao longo dos anos subsequentes, como aliás V. Ex<sup>as</sup>. bem saberão, registou-se um acentuado enfraquecimento da sua utilização.

Os compostores situados na Praça do Município, Rua da Urze, Rua Luís Vaz de Camões e Avenida dos Bombeiros apresentavam, como é do conhecimento público, um quadro de evidente degradação e, conseqüentemente, uma imagem de abandono que o atual executivo pretende repensar, necessariamente orientado pela filosofia do projeto acima referido.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Duarte que relembrou o que havia solicitado relativamente à entrega das respostas aos requerimentos que apresentam conjuntamente com a documentação que é objeto de reunião do executivo, por forma poderem apreciá-las atempadamente.

Questionou e duvidou o mesmo Vereador o valor das implicações financeiras resultantes das recentes decisões no âmbito de requalificação de pessoal no âmbito dos recursos humanos, conforme lhe foi respondido à petição que havia apresentado na reunião anterior.

Lembrou o Sr. Vereador Francisco Duarte da falta de resposta ao que havia solicitado relativamente ao número de trabalhadores que estão requisitados ao “Fundo de Desemprego”, assim como da habitual informação sobre os alunos que utilizam o transporte para a Funcheira e das roturas verificadas na rede de águas durante o mês de Abril findo.

Opinou o mesmo Vereador que ficava bem ao executivo dar conhecimento do prémio atribuído à Candidatura de Castro Verde como Reserva da Biosfera da Unesco, pela Turismo do Alentejo, tendo o Sr. Presidente da Câmara lembrado que o período antes da ordem do dia ainda não estava concluído e por isso era extemporânea a observação do Sr. Vereador Francisco Duarte.

Em seguida propôs-se o mesmo Vereador a solicitar verbalmente informação sobre o ponto da situação, tão detalhado quanto possível, relativamente às seguintes empreitadas:

- Remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde;
- Beneficiação da EM 508;
- Beneficiação da CM 1139;
- Construção do Centro de Artes e Ofícios – Viola Campaniça; e
- Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade em Entradas.

Perante a solicitação do Sr. Presidente o Sr. Vereador Francisco Duarte formalizou esta petição por escrito.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara confirmou que o processo de Candidatura de Castro Verde a Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO foi distinguido com o Prémio Especial Turismo do Alentejo e Ribatejo, no âmbito do evento “Prémios Turismo do Alentejo e Ribatejo, da Entidade Regional de Turismo

#### **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

#### **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista dando conhecimento da pergunta que fez ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sobre a falta de investimentos na Linha do Alentejo e da resposta dada pelo mesmo sobre o assunto.

- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dando conhecimento do seu projeto de Lei que “Revoga a Lei nº.31/2012, de 14 de Agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano).

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **1.- Mapa centralizador da receita e despesa:**

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 a 30 de Abril de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

|                      |                |
|----------------------|----------------|
| Saldo do ano de 2017 | 185.669,35 €   |
| Receitas cobradas    | 2.722.660,19 € |
| Soma                 | 2.908.329,54 € |
| Despesas realizadas  | 2.847.303,13 € |
| Saldo em 30.04.2018  | 61.026,41 €    |

- Operações de Tesouraria

|                                    |              |
|------------------------------------|--------------|
| Saldo do ano de 2017               | 251.447,84 € |
| Op. Extra - Orçamentais – Entradas | 231.490,02 € |
| Soma                               | 482.937,86 € |
| Op. Extra. Orçamentais – Saídas    | 267.716,16 € |
| Saldo em 30.4.2018                 | 215.221,70 € |

|   |              |
|---|--------------|
| Caixa   | 9.718,39 €   |
| Fundos de Maneio                                | 2.500,00 €   |
| Instituições Bancárias                          | 264.029,72 € |
| Total das disponibilidades em 30.04.2018        | 276.248,11 € |
| Documentos                                      | 19.553,25 €  |
| Total de movimentos de tesouraria em 30.04.2018 | 295.801,36 € |

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Abril de 2018: 761.435,25 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à data de 30 de Abril e do balancete acumulado (razão) respeitante ao mês de Abril findo.

### **2.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:**

Apreciou a Câmara a emissão de pareceres prévios favoráveis, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços, formalizados pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos:

- de nadador salvador nas Piscinas Municipais, a celebrar com Mariana Vicente Moreira e com Filipe José Vargas Guerreiro de Matos, por ajuste direto, pelo valor mensal de 744,74 €, por um período de duração de cinco meses e quatro meses, respetivamente.

- para implementação do projeto “Programa Municipal de reutilização de manuais escolares – SPIN”, a celebrar com a empresa Book in Loop Ld.<sup>a</sup>, por ajuste direto, pelo valor de 10.500,00 €, com o período de duração do ano letivo.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, afirmando contudo o reconhecimento da necessidade dessa mesma contratação emitir parecer prático favorável nos contratos a celebrar com os nadadores salvadores, e por unanimidade no contrato a celebrar com a empresa Book in Loop Ld.<sup>a</sup>.

### **3. - Ajuste direto - Fornecimento de energia elétrica para instalações do Município, pelo período de um ano, ao abrigo do acordo quadro de eletricidade da Central de Compras da CIMBAL:**

Apreciou a Câmara o relatório final de análise das propostas apresentadas para o fornecimento de energia elétrica para instalações do Município, pelo período de um ano, incluídas no lote 4 – Agregado (BTN, BTE e MT) do acordo quadro, com o código CPV 653100009 – Distribuição de eletricidade, autorizado por deliberação desta Câmara Municipal, datada de 7 de Junho do ano transato, e no qual propõe a adjudicação do fornecimento em causa, à empresa Galp Power, pelo montante total de 396.500,13 €, acrescido de IVA à taxa em vigor.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, homologar o relatório final da análise das propostas, adjudicando o fornecimento de energia elétrica à empresa Galp Power nos termos propostos pela mesma.

## **DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA**

### **Obras particulares:**

- **Deliberação final sobre processos de obras:**

Apreciou a Câmara e, com base nos pareceres prestados pelo Gabinete de Gestão Urbanística, aprovou por unanimidade e nominalmente, os seguintes projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de Francisco Figueira Ramos para construção de duas habitações na Rua do Centenário da República, lotes n.ºs. 48 e 49, em Castro Verde (proc.ºs n.ºs 8 e 9/2018).
- de M. Tomé Construções Ld.<sup>a</sup>. para construção de habitação unifamiliar, em 3 frações, na Rua Eugénio de Andrade, lote 19, em Castro Verde (proc.º. 17/2017).

## **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL**

### **2. - Concessão de cartões sociais:**

Com base na informação n.º.192 do Gabinete de Educação e Ação Social e respetiva documentação anexa deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Raul José Henrique Guerreiro e a Pedro Luís Neto da Cunha, residentes em Castro Verde; a Manuel Fernandes Batista, Bertília Rosa Machado e a Lídia Maria Lucrecia Jorge, residentes em Casével, todos no escalão A.

- Renovar os cartões sociais de: Fernando Manuel Baião Guerreiro e de António José Brito Gonçalves, residentes em São Marcos da Ataboeira, e de Augusto António Brito Lança, residente em Casével, todos no escalão A; e de Manuel Eugénio Cleto, residente no Monte do Guerreiro, e de Virgínia Assunção Duarte, residente no Monte das Piçarras, ambos no escalão B.

### **3. - Concessão de subsídio à Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“No âmbito da realização do “Festival de Bandas de Castro Verde”, organizado pela Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro, a realizar no próximo dia 19 de Maio, e tendo como objetivo “fomentar o espírito filarmónico e promover a música e a Vila de Castro Verde”, contribuindo para a consecução de objetivos comuns ao município, proponho a atribuição de um apoio de 600,00 €, à Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro, para fazer face às despesas inerentes à realização desta iniciativa.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente atribuir à Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro o subsídio proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

### **4. – Ação Social Escolar – Auxílios Económicos 2017/2018**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marque:

“Em conformidade com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente no que se refere às competências da Câmara Municipal, entre as quais, a de “Deliberar no domínio de ação social escolar, designadamente, no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a Estudantes”, artº23, n.º1. alínea h), e em complementaridade com o Regulamento Municipal de Ação Social Escolar, aprovado em 22 de novembro pela Assembleia Municipal, que contempla respostas de apoio económico no âmbito local, direcionadas aos alunos do Jardim de Infância na alimentação e aos alunos do 1.º ciclo na alimentação, manuais escolares, livros escolares e material escolar.

Em consonância com as disposições legais supra referenciadas e atendendo ao Despacho n.º 8452 - A de 31 de julho de 2015, que menciona o apoio aos alunos do 1.º CEB no que respeita à comparticipação mínima, em matéria de alimentação, livros e material escolar, de acordo com o escalão de abono de família e ainda, considerando o artº 170 da LOE 2018 que refere que é “prosseguido o regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março, e no artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro”, mas onde não estão incluídos os livros escolares de fichas.

Nos termos do Regulamento Escolar de Ação Social Escolar (de 30 de dezembro de 2011), e uma vez que os livros escolares de fichas não são distribuídos gratuitamente aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, propõe-se que os mesmos sejam financiados de acordo com os respetivos escalões.

No que respeita à comparticipação mínima em matéria de alimentação, livros (livros escolares de fichas) e material escolar, e de acordo com o escalão de abono de família, foram analisadas as

candidaturas referentes aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas do concelho.

Assim, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar, Auxílios Económicos 2017/18, conforme informação anexa, e nos termos da alínea b) do artigo 1º. do Acordo de Cooperação com as Juntas de Freguesia, a transferência da verba correspondente aos apoios dos alunos dos Centros Escolares da sua área territorial.”

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir os auxílios económicos escolares conforme proposto pelo Sr. Vereador David Marques, ficando anexos à presente ata, os mapas discriminativos dos auxílios económicos a conceder, dando-se, por isso, aqui integralmente transcritos.

#### **5. - Atribuição de prémios às equipas vencedoras do Peddy Paper dos Entrouxos.**

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“ O Peddy Paper dos Entrouxos regressou este ano a Castro Verde promovendo, assim, uma forma diferente de celebrar e viver o Carnaval. As inscrições foram limitadas a 35 equipas, as quais poderiam ser compostas por 2 a 4 elementos, A aceitação das equipas processou-se por ordem de inscrição, estando a confirmação da mesma sujeita ao envio de mail por parte da organização.

Face à ausência de Regulamento específico foram definidas normas de participação, divulgadas aquando da abertura de inscrições, que se enumeram:

- 1.- O Peddy Paper dos Entrouxos decorre nas ruas de Castro Verde, no dia 12 de Fevereiro, segunda feira, com concentração às 21h00, na Praça da República.
2. - Podem participar 35 equipas, de 2 ou 4 elementos, constituídas por pessoas com idade igual ou superior a 16 anos.
3. - Todos os participantes têm que estar mascarados ou entruxados.
- 4.- No início do Peddy Paper todos os participantes têm que apresentar o BI, com a finalidade de se identificarem à organização, bem como fazer-se acompanhar do respetivo documento até ao final da prova.
- 5.- As listas de saída serão afixadas com 30 minutos de antecedência em local a definir na Praça da República.
6. - A prova só pode ser feita a pé ou em viaturas oficiais da organização. Quem usar outro meio de transporte será desclassificado.
7. - As inscrições podem ser feitas até ao dia 6 de Fevereiro, às 00,00 horas.
8. – As inscrições são limitadas. Em caso de elevado numero de participantes, o critério de seleção é a data e a hora de inscrições.
- 9.- Os resultados são divulgados posteriormente.



10. - Os prémios líquidos a atribuir são de 100, 75 e 50 €, para o 1º, 2º e 3º classificados, respetivamente.

11.- Os casos omissões serão resolvidos pelo júri de cujas decisões não haverá recurso.

Face ao exposto, e tendo sido acolhidas as inscrições das 35 equipas estipuladas como número limite, a classificação final desta edição do Peddy Paper ditou a atribuição de prémios às equipas constantes na tabela em anexo, propondo-se o pagamento do respetivo prémio pecuniário nos termos da Lei.

As equipas vencedoras do Peddy Paper dos Entrouxos 2018, são: 1º classificado (equipa nº.10) “Geringonça Campaniça”; 2º. Classificado (equipa nº.35) “Os Marinel” e 3º. Classificado (equipa nº.2) “Estamos de Regresso”.

### **PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Esteve presente o cidadão e Vogal da Assembleia Municipal, Sr. Filipe Mestre, que, reconhecendo embora alguma falta de audição, recomendou que tanto nesta sala como naquela onde se realizam as sessões da Assembleia Municipal fosse instalado um sistema de som adequado de apoio aos respetivos participantes.

O Sr. Presidente da Câmara, reconhecendo essa deficiência informou da sua intenção de falar com a Srª. Presidente da Assembleia no sentido de encontrar uma solução que passe também por resolver a dificuldade do público de ouvir e fazer-se ouvir nas sessões da Assembleia Municipal.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,50 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.